

EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS*

*Ubirajara José Augusto***

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os movimentos populares no Brasil e sua interface com a educação. Com o método histórico são analisados movimentos como os da Cabanagem, Balaiada, Canudos, Formoso e Trombas, os quais deram importante contribuição à construção da sociedade brasileira. Entretanto, como a história dos vencidos serve para ilustrar a história dos vencedores, esses movimentos são simplesmente citados nos livros de história sem o devido aprofundamento. Este trabalho contém ademais dois relatos: um sobre o Movimento de Educação de Base (MEB) e outro sobre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Por fim, é ressaltada a importância desses movimentos e feito um convite aos educadores para proporem novos métodos e projetos que tenham como fim um *outro mundo possível*.

Palavras-chave: movimentos sociais, MEB, MST e educação popular.

INTRODUÇÃO

Os que viveram as lutas políticas nos anos 1960 e 1970 e conviveram com a violência do Estado, quando os militares no poder prendiam e/ou assassinavam militantes políticos do nascente e efervescente movimento popular e suprimiam as mais elementares liberdades democráticas, como, por exemplo, a liberdade de expressão, entendem o valor dos movimentos sociais para a retomada do estado de direito. A discussão pretendida neste artigo situa-se no contexto dessas

* Artigo recebido em 22/09/2004 e aprovado em 26/10/2004.

** Mestrando em Tecnologias na Educação – Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB); especialista em Educação a Distância pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. [e-mail: altohorizonte@hotmail.com].

questões e possibilita a estudiosos e a entusiastas desses movimentos a compreensão de como esses sujeitos históricos foram formados e ajudaram a construir a democracia atualmente experimentada. Luiz Werneck Viana (2003) assinala:

Vivemos, no Brasil e no mundo, um tempo de mudanças. Aqui, pelo avanço da democracia política, mais recentemente confirmada na última sucessão presidencial, quando se elegeu, pela primeira vez na história republicana, um governante vindo do campo popular. Estão abertas, pois, novas fronteiras para o aperfeiçoamento da vida democrática, em especial no que diz respeito à participação do povo na vida pública e, sobretudo, na redefinição do Estado e de suas instituições no sentido de dar partida a um amplo movimento de incorporação social. (VIANA, 2003, p. 2)

Para dar conta da proposta, o trabalho divide-se em quatro partes: na primeira, faz-se um relato sobre movimentos históricos conhecidos como Cabanagem, Balaiada, Canudos, Contestado e Formoso e Trombas; a segunda apresenta o Movimento de Educação de Base (MEB) e sua contribuição para a construção de sujeitos históricos. Na terceira, discute-se a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e suas práticas educativas. Como conclusão, apresenta uma reflexão sobre o papel desses movimentos e o compromisso com as idéias do trabalho ora elaborado. Como fio teórico, o estudo baseia-se nas idéias de Paulo Freire (1982) e Gramsci (1991).

OS MOVIMENTOS HISTÓRICOS

Os movimentos sociais, entendidos em sua condição de movimentos organizados ou espontâneos,¹ tiveram presença marcante na história brasileira. Desde a colonização, passando pelo Império e pela República, encontram-se movimentos que lutavam e continuam lutando contra a miséria, a exploração, o analfabetismo e as péssimas condições de vida em que grande parte da sociedade brasileira vivia e permanece nessa mesma situação até os dias atuais. Boa parte desses movimentos é conhecida sobretudo pelas pessoas que passaram pela escola até o nível do ensino médio. Dentre os movimentos conhecidos, destacam-se: Cabanagem no Pará (PA) (1835-1840), Balaiada, no Maranhão (MA) (1838-1841), Canudos na Bahia (BA) (1893-1897), Contestado no Paraná

(PR) e Santa Catarina (SC) (1912-1916) e em um momento histórico mais recente, nos anos 1950-1960 do século passado, a revolta camponesa de Formoso e Trombas, em Goiás (GO).

Cada um desses movimentos trouxe a marca da resistência à colonização, ao poder constituído e à maneira como este tratava a população. Há que se destacar o fato de que Canudos e Contestado tinham em comum as origens messiânicas que os caracterizavam.

CANUDOS

Canudos foi um movimento social liderado pelo beato cearense Antônio Mendes Maciel, conhecido e admirado até os dias atuais como Antônio Conselheiro, que congregou em torno de suas propostas cerca de trinta mil sertanejos no povoado de Belo Monte, no sertão baiano, às margens do riacho Várzea Barris. O movimento era independente até sua destruição em 5 de outubro de 1897, ano em que ocorreu a batalha definitiva daquela que tinha sido a resistência que havia conseguido impor as mais fragorosas derrotas às forças militares da então nascente república. O episódio final foi assim narrado por Euclídes da Cunha:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao anoitecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (CUNHA, 1980, p. 476)²

CONSTESTADO

A Guerra do Contestado ficou assim conhecida por ter acontecido em uma região que era “contestada” por dois estados, Paraná e Santa Catarina. Ali, o monge João Maria liderou milhares de sertanejos em luta contra a miséria e o abandono em que viviam. A situação daqueles pobres trabalhadores piorou, segundo explicação encontrada no texto “A guerra do Contestado”, publicado no *site Historianet*:

em 1908 a empresa norte-americana Brazil Railway Company recebeu do governo federal uma faixa de terra de 30 km de largura, cortando 4

estados do sul do país, para a construção de uma ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo e ao mesmo tempo, a outra empresa coligada passaria a explorar e comercializar a madeira da região, com direito de revender as terras desapropriadas ao longo da Ferrovia. (HISTORIANET, 2004, p. 1)

E a explicação continua sobre a situação vivida por aqueles trabalhadores, com a seguinte descrição:

Enquanto os latifundiários e as empresas norte-americanas passaram a controlar a economia local, formou-se uma camada composta de trabalhadores braçais, caracterizada pela extrema pobreza, agravada ainda mais com o final da construção da ferrovia em 1910, elevando o nível de desemprego e de marginalidade social. (HISTORIANET, p. 1)

O monge João Maria morreu no primeiro conflito armado entre seus seguidores e a polícia, reforçada com os fazendeiros que se juntaram para atacá-los. Após sua morte, outro monge, dessa feita Miguel Lucena Boaventura, utilizando o codinome José Maria, assumiu o comando do movimento e reuniu mais de vinte mil sertanejos em luta, mas também acabou assassinado em 1913. Entre 1913 e 1914, várias batalhas foram travadas sem que as forças do Estado, aliadas aos fazendeiros da região, conseguissem vencer aqueles que lutavam pelo direito a uma vida digna. Vale ressaltar que, durante o período de 1913 a 1914, os sertanejos eram comandados por uma jovem de 15 anos, por nome Maria Rosa. O ataque final àquele movimento deu-se a partir de 1914, quando seus integrantes foram cercados por tropas policiais do Paraná e de Santa Catarina, na região de Santa Maria. Ali foram arrasados, não só lutando mas também morrendo de fome e de tifo. Nesse momento, Deodato Manoel Ramos estava no comando dos insurgentes sobreviventes. Tendo sido preso, foi condenado a trinta anos de prisão, mas acabou morto em uma tentativa de fuga.³

A CABANAGEM E A BALAIADA

A Cabanagem e a Balaiada, se não estavam impregnadas pelo messianismo, carregavam em comum a marca da exploração. Cotrim (1995, p. 187 e 190) assim explica esses dois movimentos:

Cabanagem – A Cabanagem foi uma grande revolta popular ocorrida na província do Pará. Dela participaram pessoas das camadas mais pobres da sociedade. Os cabanos, assim chamados por morarem em cabanas à beira dos rios, eram constituídos de negros, índios e mestiços, violentamente explorados pelas autoridades do governo.

Balaiada – A Balaiada, uma das mais importantes revoltas de caráter popular, explodiu no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841. Cansados de sofrimentos, a multidão queria lutar contra as injustiças, a miséria e a fome, a escravidão e os maus-tratos.

Não bastassem essas definições de Cotrim, para indignar todos aqueles que não compactuam com situações iguais ou semelhantes àquelas vividas pelos sertanejos, outros autores fornecem elementos para melhor entendimento dessas duas revoltas populares.

A CABANAGEM

A revolta da Cabanagem foi, na visão de alguns estudiosos, como Caio Prado Junior (1977), a mais importante revolta popular em nosso país. Narrando sobre o fim da luta, ele diz:

Estava assim terminada a sublevação dos cabanos. É ela um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas inferiores da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, ficasse contada a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder. (PRADO JUNIOR, 1977, p. 69)

Ainda sobre a Cabanagem, o texto de Di Paolo (1990) tece algumas considerações que merecem ser transcritas porque são portadoras de informações bastantes claras para a compreensão dessa revolta. A primeira citação do texto diz o seguinte:

A independência do Brasil despertou grande expectativa no povo da região. Os indígenas e tapuios esperavam ter seus direitos reconhecidos e não seriam mais obrigados a trabalhar como escravos nas roças e manufaturas dos aldeamentos; os escravos negros queriam a abolição da escravatura; profissionais liberais nacionalistas

e parte do clero lutavam por uma independência mais efetiva que afastasse os portugueses e ingleses do controle político e econômico. O resto da população constituída de mestiços e homens livres – entusiasmada com as idéias libertárias, participou do movimento, imprimindo-lhe um conteúdo mais amplo e mais radical. (DI PAOLO, 1990, P. 350-351)

Os cabanos foram duramente reprimidos. Apesarem de terem vencido várias batalhas, os integrantes ficaram sem condições de repor suas forças físicas e materiais, sofrendo na batalha final todo tipo de violência que Di Paolo (1990) assim narra:

A repressão desencadeada pelo governador foi terrível. De uma população de 80 mil pessoas que viviam em toda província, foram mortas 30 mil, isto é cerca de 40% da população. Qualquer denúncia bastava para alguém ser considerado cabano e, em seguida, morto. Os mais atingidos foram os indígenas e os tapuios. Na região de Tapajós, onde, em 1820, havia 30 mil indígenas, quarenta anos depois só restavam 3 mil. (DI PAOLO, 1990, p. 350-351)⁴

A BALAIADA

Apesar da semelhança existente entre as revoltas que marcaram a história brasileira, a Balaiada diferencia-se ligeiramente das demais. Sobre esse conflito, Prado Junior assinala:

Não se apresenta a Balaiada como um único movimento mas, pelo contrário, caracteriza-se por sucessivos e ininterruptos levantes. Deu-se primeiro na Vila de Manga, pequena povoação da margem do rio Iguará, repercutindo logo em outros pontos, e rapidamente se estendendo desde o litoral, defronte a ilha em que se ergue a capital de São Luiz, até Passos Bons, na margem do Parnaíba, e pelo sertão do Piauí a dentro. (PRADO JUNIOR, 1997, p. 71)

Cruz (1998), em “A Guerra da Balaiada – A epopéia dos guerreiros balaios na versão dos oprimidos”, faz a seguinte descrição:

A Guerra da Balaiada, como ficou conhecida, se iniciou por questões políticas entre partidos, mas acabou sendo assumida por vaqueiros e homens sem posses em geral que lutavam contra o recrutamento

forçado pelas forças militares e contra os desmandos de chefes políticos locais e, finalmente, por quilombolas, que sustentaram o combate até o fim, conforme aponta diversos historiadores. (CRUZ, 1998, p. 3)

Se aqueles que integraram a Cabanagem tiveram um fim muito cruel, com os revoltosos maranhenses da Balaiada não foi diferente. A escritora Maria das Graças Cantanhêde Silva da Rocha (2000), na revista eletrônica *Nova Atenas*, dedicada à educação tecnológica, expõe o episódio com a seguinte narrativa:

Como se não bastasse a derrota, os revoltosos foram seviciados, espancados até a morte, seus ossos foram descarnados e os restos mortais ficaram expostos aos abutres. Nem as crianças escaparam da violência cruel. Muitos que os pais não conseguiram esconder foram mortos pela espada dos legalistas, como constam os episódios citados pela memória oral: “Mamãe contava que os soldados vinha e apanhava as crianças, jogava pra cima e aparava na ponta do ferro”. (ANTONIO PINTO RAMPÁ – HUMBERTO DE CAMPOS. In: ASSUNÇÃO, 1988, p. 212, apud. ROCHA, 2000, p.100)⁵

FORMOSO E TROMBAS⁶

A revolta camponesa de Formoso e Trombas não foi diferente de outras tantas lutas pela posse da terra no Brasil. Ela aconteceu no estado de Goiás entre os anos 1950 e 1964, quando se iniciou a ditadura militar no país.

Maria Fernandes Carneiro, da Universidade Federal de Goiás, ocupou-se em sua dissertação de mestrado do assunto. De seu trabalho, foram extraídos algumas citações que permitem compreender melhor como se deu o processo que culminou com essa revolta. Segundo ela, de “51 a 54 os posseiros lutaram para conseguir os títulos Jurídicos da Terra, sob a liderança de José Porfírio” (CARNEIRO, 1986, p. 112).

O livro de Carneiro fornece descrição detalhada sobre as práticas das principais lideranças que comandaram aquela revolta. A atuação do líder José Porfírio é assim tratada por ela:

José Porfírio pensava em organizar os posseiros estritamente dentro da legalidade, fazendo com que as autoridades cumprissem a lei e

fizessem valer o direito dos posseiros de adquirirem as terras ocupadas pelos mesmos, uma vez que estas eram devolutas, portanto, pertencentes ao Estado. E com o firme propósito de fazer tudo dentro da lei, para fazer valer o direito de posse, passou a liderar os posseiros da região ao sul de Formoso. (CARNEIRO, 1986, p. 112)

Carneiro relata que toda a luta dos posseiros estava sendo em vão, pois, mesmo conseguindo autorização governamental para permanecerem na área, não eram respeitados pelos grileiros. Narrando mais um episódio da revolta, que envolve a figura de José Porfírio, Carneiro comenta:

Ao voltar de seu encontro com o Procurador do Estado, Dr. Everaldo de Souza, José Porfírio encontrou sua casa e sua roça queimada e a mulher de resguardo de dias e os filhos no tempo. “*A dor da mulher era grande, era tão grande que um mês depois ela morreu de abalo moral.*”

José Porfírio, viúvo com cinco órfãos sentou ao lado do caixão, pegou um lápis e papel, fez um bilhete ao governador: “*Excelência, daqui em diante ninguém abusa mais de mim.*” Levantou-se e foi buscar o rifle. (CARNEIRO, 1986, p. 116; grifos da autora)

A partir desse momento, os posseiros passaram à luta de resistência armada. Esses fatos ocorreram em 1954, quando chegaram à região alguns militantes do Partido Comunista Brasileiro que colaboraram com a organização dos camponeses.⁷

Mas cabe agora a pergunta: o que tem esses movimentos a ver com a educação? A ação desses movimentos é educativa e tem um estreito e significativo vínculo com o ato educativo, uma vez que permite, a reflexão da prática e a maneira de estar no mundo. Paulo Freire (1982) salienta:

O homem é homem e o mundo é histórico cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua transformação. Nesse processo histórico-cultural dinâmico, uma geração encontra uma realidade objetiva marcada por outra geração e recebe, igualmente, através desta, as marcas da realidade. (FREIRE, 1982, p. 76).

Por isso mesmo, entende-se que, ao se fazer uma leitura crítica da história desses movimentos, fortalecem-se os conhecimentos do professor e as utopias, de forma a favorecer a compreensão de uma educação como prática da liberdade, como assim desejava Paulo Freire, porque, além de trazer consigo a marca da não-submissão a processos exploratórios, não permite a prática de submissão de alguém a qualquer situação de constrangimento por qualquer motivo, seja de raça, de cor, de gênero, econômico, moral ou social. Por fim, a educação também se faz com atos, e deve-se aprender o que esses movimentos ensinaram, isto é, que é possível resistir à dominação.

Vendo a história das lutas de resistência com um olhar educativo, não fica difícil perceber que a história dos vencidos sempre foi utilizada para ilustrar e dar brilho à história dos vencedores. A esse respeito, o texto de Rocha (2002), no qual ela escreve sobre a Balaiada, que corrobora a visão desse educador a respeito da história dos vencedores. A autora tece as seguintes considerações:

Estava terminada a revolta dos balaios e consagrado com todas as honras que o mérito lhe proporcionou, Luís Alves de Lima e Silva a partir de então primeiro barão, marquês, e duque, Duque de Caxias hoje, Patrono do Exército. Fato exibido na versão dos posicionistas. É impressionante a forma como foi enaltecida a figura histórica deste que beneficiou-se honrosamente dos mais altos títulos em detrimento das vidas dos vencidos, quando já indefesos foram vítimas das piores atrocidades praticadas pelos comandados do vencedor. (ROCHA, 2000, p. 100)

Rocha (2002), apresenta outros elementos para a continuidade da análise de como a história dos vencedores é construída sobre os vencidos. Narrando, de forma indignada, a respeito da história dos vencedores, ela comenta:

É portanto inaceitável, na concepção de uma mentalidade, que herói seja aquele que mata e destrói pra vencer ou a vitória seja permitida apenas aos detentores do poder. Em se tratando de Balaiada, os vencidos mereciam o prêmio maior em reconhecimento da luta em defesa dos direitos e da liberdade de uma classe oprimida. Entretanto, os guerreiros como, Raimundo Gomes, o Balaio, o negro Cosme e outros tantos, ao invés de serem reconhecidos pela bravura, Luís Alves de Lima e Silva deportou-os ou mandou matá-los da forma mais

cruel e desumana, mesmo depois de perderem a batalha. (ROCHA, 2002, p. 93)

Para completar a visão a respeito da história dos vencedores, a literatura de cordel de Cruz (1998) traz um verso bastante elucidativo. Assim, o autor expressa-se:

Na história que tem nos livros
Escritos pela burguesia
Cosme é o grande bandido
(Ora vejam, quem diria!)
E Luís, racista assumido
É o herói Duque de Caxias
(CRUZ, 1998, p. 9)

Existem poucos registros a respeito das idéias, dos métodos e dos projetos daqueles cujas lutas contribuíram para a construção de um Brasil melhor. Por isso mesmo, não é possível perceber na literatura existente, com exceção da revolta de Trombas e Formoso³, elementos teóricos que permitam vislumbrar o pensamento das lideranças sobre a formação de uma sociedade em que a cultura seja diferente daquela desenvolvida no país. Não havia projetos nacionais? Os trabalhadores lutavam com os olhos voltados tão somente para suas realidades? No entanto, não se pode esquecer de que esses lugares tinham governos próprios, com formas igualitárias de comportamento e distribuição de suas produções. Por outro lado, por seu poder de resistência ao caráter explorador e às péssimas condições de vida da população, tais movimentos são muito importantes e devem ser observados e estudados. O local e as condições com que lutaram possibilitam extrair informações para analisar a trajetória de construção da sociedade brasileira atual e, ao mesmo tempo, imaginar e agir por uma sociedade futura.

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)⁸ E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Um artigo como este não tem condições de avaliar a contribuição de algumas ações educativas para o surgimento de entidades que atualmente estão profundamente engajadas nos mais diversos movimentos sociais, em razão do que não é possível relatar todas as propostas e

práticas dos movimentos sociais que existiram e os que existem registrados na história brasileira. A par dessa situação, este estudo limita-se a mostrar um pouco do Movimento de Educação de Base da Igreja Católica, nos anos 1960, e o Movimento dos Sem Terra, criado no início da década de 1980.

Uma melhor compreensão da prática educativa como incentivadora à formatação e ao desenvolvimento de novos agentes educativos exige o retorno ao passado, mais precisamente aos anos 1960.

Na década de 1960, o mundo estava em plena Guerra Fria. As empresas multinacionais expandiam-se pelo mundo em busca de matérias-primas, enquanto mão-de-obra mais barata aportava na América Latina, especialmente no Brasil. Além disso, havia latente na sociedade, sobretudo na juventude, o desejo de lutar contra a exploração do homem e a busca de conquista de espaço para a construção da democracia e um outro jeito de viver, o que acontecia não somente no Brasil, mas em várias partes do mundo, como a revolta estudantil de Maio de 1968, na França. Essa ansiedade levou milhares de jovens e intelectuais a engajarem-se em projetos educativos que tinham por objetivo básico contribuir com essa nova visão de mundo. Juntamente com essa ansiedade, emergia a utopia de uma revolução que interferisse nas relações de classe, como acontecera em Cuba.

Nos vários cantos do país, surgiu com muita força o movimento popular que se fez acompanhado dos Centros de Cultura Popular, da UNE, do Cinema Novo de Glauber Rocha etc. O momento é assim descrito pelo professor Luiz Eduardo Vanderlei:

Em nosso caso, foi basicamente na década de 60 que se deu ênfase nova à perspectiva de análise do movimento popular, quando se enfatizou a questão da cultura popular [...] Por um lado pensava-se a cultura popular como um instrumento de fazer com que a massa camponesa e a massa trabalhadora urbana participassem do processo de desenvolvimento. Esse era o grande objetivo: alfabetizar as massas, educá-las para participar do processo de desenvolvimento. Uns poucos viram a cultura como fator de mudança do sistema. (VANDERLEI, 1985, p. 9)

Esse processo buscava novos paradigmas que auxiliassem a compreensão das formas de exploração, bem como saídas que favorecessem a classe trabalhadora do campo e das cidades, dos

desempregados e daquelas pessoas que viviam em favelas. A Igreja Católica, inspirada no Concílio Vaticano II,¹² e nas recomendações de Medellín e Puebla,¹³ também se engajou nas lutas do povo e passou a fortalecer as organizações populares, a ceder espaços e/ou formar educadores populares de acordo com a concepção gramsciana de intelectual orgânico. Seus agentes pastorais, compostos por militantes católicos e/ou intelectuais vindos das universidades, criaram vários institutos de educação popular, a exemplo do Centro de Pastoral Vergueiro, em São Paulo, produtor de inúmeros materiais de audiovisuais de educação popular que foram importantes ferramentas no processo de lutas em curso. Ademais, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), no Rio de Janeiro, além de audiovisuais, produziu materiais de alfabetização que eram utilizados pelos grupos populares, com base na metodologia proposta por Paulo Freire.

Estudioso da Igreja Católica e suas relações com o movimento popular, Vanderley (1985, p. 22) assim salienta: “a Igreja Católica, já na passagem dos anos 60, se engaja, com diferentes orientações, diretamente no trabalho social: ela cria o Movimento de Educação de Base, Frentes Agrárias e Assessorias Sindicais”.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

O Movimento de Educação de Base (1961) estabelecia seus objetivos em seus estatutos:

O MEB tem por fim prestar ampla assistência educacional, desenvolvendo programas de Educação de Base para adolescentes e adultos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e em outras áreas em desenvolvimento do País, através de sistemas radioeducativos, teleducativos e outros meios julgados necessários ao seu fim, podendo também prestar serviços subsidiários para o povo em geral, sem distinção de espécie alguma, sempre, porém, sem prejuízos das finalidades precípuas. (1961, p. 1)

Quanto às escolas radiofônicas, os estatutos do MEB previam que

os objetivos das escolas radiofônicas sintetizam-se, nestes últimos anos, em conscientização, mudança de atitudes e instrumentação das

comunidades. A conscientização representa, para o MEB, o reconhecimento, pelo educando, de seus valores, da significação da vivência de seu trabalho de homem no mundo. O MEB entende que ela é intrínseca à própria educação, pois significa ajudar alguém a tomar consciência do que ele é (consciência de si), do que são os outros (comunicação com o sujeito) e do que é o mundo (coisa intencional), sem dúvida, os três pólos de toda educação integral. [...] A Educação de Base coincide com o próprio princípio da conscientização, que é o início do próprio processo educativo, ao tomar a pessoa como fundamento e sua realização como fim.

Em depoimento à publicação *Cadernos de educação popular*⁹, Aída Bezerra (1986, p. 42) reafirma:

Era Movimento também no sentido de aceitar que as pessoas se moviam, se transformavam. A gente ia fazendo uma mudança que, às vezes, implicava em rever toda a perspectiva de trabalho, por exemplo. Andando, a gente ia construindo uma direção. Nós não estávamos nunca no mesmo lugar. E quando os monitores andavam, andávamos nós também. A possibilidade de transformação permanente nos impulsionava.

Outro depoimento que mostra a representação do MEB para seus integrantes está nas palavras de Roberto de Farias Mendes, da equipe local de Juiz de Fora, em Minas Gerais:

Pode-se observar que, no MEB, havia uma base de aglutinação muito importante, que era o fato da gente ser cristão. Todo mundo vinha da Ação Católica ou de alguma obra da Igreja. *Nesse universo em que limite máximo, enquanto ideologia, foi a AP, e o mínimo foi a Ação Social da Igreja, a gente se encontrava.*

Havia um fundo religioso. Um religioso não clerical, evidentemente. Nós tínhamos uma intenção leiga muito deliberada, mas não me lembro de ter havido no MEB algum ateu comunista. (MENDES, 1986, p. 43; grifos do autor)

Os depoimentos anteriores demonstram quão rica foi a experiência do Movimento de Educação de Base. Apesar da distância daquela época, ainda é possível encontrar, pelo interior do Norte e do Nordeste, pessoas e profissionais que foram alfabetizados de acordo com aquela experiência de educação, que foi bela enquanto durou.

O golpe militar de 1964 não colocou fim, mas desviou os ideais que o haviam inspirado. Dessa forma, as experiências mais significativas do MEB, como as de Pernambuco e Goiás, que não se renderam às exigências da ditadura, tiveram seus agentes perseguidos e/ou presos, por insistirem em fazer uma educação voltada para a libertação do povo.

Alda Maria Borges,¹⁰ da equipe do MEB de Goiás, em publicação comemorativa aos quarenta anos do movimento, tece o seguinte comentário sobre o episódio do fechamento do seu grupo:

Com o golpe de 64, o trabalho do MEB vai morrendo por asfixia. Em 65, sobrevive a duras penas. Em 66, com seus programas censurados, trabalhando sem salário, com o corte de gasolina, inviabilizando as viagens de supervisão e contato, a equipe local decide encerrar as atividades MEB-Goiás. A última ordem vem de Brasília: recolher os aparelhos de rádio, para devolução ao MEC. Não tínhamos a menos condição, nem desejo, de despir os radinhos, retirá-los do seu nicho de flores, santos, velas e lamparinas, para enviá-los a Brasília. (BORGES, 2001, p. 14)

Os avanços democráticos conquistados pela sociedade, a partir do final da década de 1970 e aqueles adquiridos nos anos 1980, possibilitaram que o MEB não encerrasse suas atividades, mas as adaptasse às exigências da ditadura, como forma de sobrevivência e manutenção de sua vinculação ao Ministério da Educação (MEC). O MEB¹¹ retomou suas atividades naqueles lugares em que a Igreja era menos progressista e assumiu compromissos agora não mais com escolas radiofônicas mas com um projeto educativo voltado para a educação popular.

O trabalho realizado no Alto Solimões, com a cartilha *O Ribeirinho* e outros materiais voltados para projetos específicos, fez com que, ao final de quatro anos de trabalho, fossem fundadas várias organizações. Sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e o então nascente Partido dos Trabalhadores (PT) instalaram-se em quase todos os municípios da região amazônica do Alto Solimões.

No estado do Pará não foi diferente: em Marabá, desenvolveu-se um vigoroso movimento popular voltado para promoção da saúde que extrapolou as fronteiras estaduais. No Maranhão, iniciou-se a experiência com mercadinhos ou bodegas comunitárias, caixas e roças comunitárias, que tinham perfeita sintonia com os projetos de economia solidária,

atualmente implementados e divulgados como projetos exitosos no combate à fome, à pobreza e às desigualdades sociais.

Após passar por mais uma crise, o MEB rearticula-se e está desenvolvendo importante projeto de alfabetização no estado de Minas Gerais, especificamente na região Norte, nos vales do Mucuri e Jequitinhonha. Segundo Gláucia Melasso Garcia de Carvalho, secretária-adjunta pedagógica, o MEB muito em breve reiniciará suas atividades também no estado do Amazonas. As diretrizes atuais da ação pedagógica do MEB apontam as seguintes diretrizes:

O objetivo geral da ação do MEB é trabalhar na linha da Educação Popular: Colaborando com a construção de uma sociedade justa e ética; Educando para a conscientização e vivência da cidadania e participação social; Promovendo a participação popular e comunitária nas políticas públicas voltadas para as necessidades das populações mais pobres e excluídas; Comprometendo-se com a educação de jovens e adultos na perspectiva do método ver-julgar e agir, enriquecido pelas reflexões do educador Paulo Freire e pela longa experiência do MEB nesta área de atuação; e promovendo a inclusão de homens e mulheres no mundo do trabalho e na sociedade da informação. (Movimento de Educação de Base, 2004, p. 4)

Apesar de toda violência perpetrada pelos militares, sobretudo durante os anos 1960 e 1970, para coibir as ações que tivessem como objetivo a conquista das liberdades democráticas, bem como a melhoria de vida das classes trabalhadoras, os militares não foram capazes de apagar as chamas que insistiam em queimar nos corações e nas mentes daquelas pessoas que, no início da década de 1960, haviam optado por trabalhar para a conquista de um mundo melhor.

Essas pessoas contavam com expressivo apoio da ala progressista da Igreja Católica para suas ações, que visavam a derrubada do regime de exceção que durou, a depender da leitura, 25 anos. Com base nesse apoio, desenvolveu-se um vigoroso processo educativo de formação de lideranças. Com o fim da ditadura, havia pessoas formadas e estas se engajavam na retomada dos sindicatos que estavam nas mãos de lideranças pelegas (que gozavam da confiança dos militares) e na construção de um sem-número de movimentos e/ou organizações não-governamentais (ONGs) e partidos políticos com o objetivo de defesa

dos mais elementares direitos dos cidadãos, dos animais, do ambiente, dos negros, dos índios etc.

Como projetos educativos formais, em que se ensina a ler e a escrever, e também como espaços nos quais se articula a luta política na defesa de seus interesses, esses movimentos são de fundamental importância para a construção de outros sujeitos históricos. Surgiu, por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos anos 1980. Fruto da organização dos trabalhadores para dar unidade às suas lutas, a CUT cria várias escolas nas quais se desenvolve a educação não-formal para dirigentes sindicais e do movimento popular, que, nos dias atuais ocupam postos nos altos escalões do governo federal e/ou mesmo dos governos estadual e municipal.

O MOVIMENTO DOS SEM TERRA

Convidado para organizar um número especial da revista eletrônica *Currículo Sem Fronteiras* sobre a educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o professor Júlio Emílio Diniz Pereira, ao aceitar a proposta e falando do movimento, assim se expressa: “sem exageros, é o maior e mais importante movimento social do mundo” (PEREIRA, 2003, p. 5).

Mas que movimento é esse e qual sua visão de educação? O livro da professora Roseli Salete Caldart¹¹ (2001), fornece algumas descrições que possibilitam compreender sua história e sua proposta educativa. Ela começa seu texto contando a história do MST:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 1984, e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano de 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores. Desde a sua criação o MST incluiu em sua agenda política a luta por escola, e a discussão sobre que escola deveria fazer parte da vida da família Sem Terra. (CALDART, 2001, p. 125-144)

Em relação à sua ação educativa, o MST pauta sua ação em três dimensões principais e articuladas entre si:

A obra educativa do MST tem três dimensões principais: i) o resgate da dignidade a milhares de famílias que voltam a ter raiz e projeto. Os pobres de tudo aos poucos vão se tornando cidadãos: sujeitos de direitos, sujeitos que trabalham, estudam, produzem e participam de suas comunidades, afirmando em seus desafios cotidianos uma nova agenda de discussões para o país; ii) a construção de uma identidade coletiva, que vai além de cada pessoa, família, assentamento. A identidade de Sem Terra, assim com letras maiúsculas e sem hífen, como um nome próprio que identifica não mais sujeitos de uma condição de falta: não ter terra (sem-terra), mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos, e que coloca cada Sem Terra, através de sua participação no MST, em um movimento bem maior do que ele; um movimento que tem a ver com o próprio reencontro da humanidade consigo mesma; iii) a construção de um projeto educativo das diferentes gerações da família Sem Terra que combina escolarização com preocupações mais amplas de formação humana e de capacitação de militantes. (CALDART, 2003, p. 50-59)

Para alcançar seus objetivos, o MST investe na formação de seus professores como forma de torná-los capazes de melhor compreender bem as dimensões norteadoras de suas ações. Como educadora que faz parte do Coletivo Nacional de Educação do Movimento, falando sobre o papel destes, Caldart assim se expressa:

Como educadores precisamos ter claro o que está em questão cada vez que nos encontramos com nossos educandos: estamos diante de seres humanos, que merecem nosso respeito e dedicação, como seres humanos, e como sujeitos de uma organização que luta por dignidade. Nosso trabalho em uma escola onde estudam os Sem Terrinha, por exemplo, precisa ser pensado na perspectiva de uma obra educativa grandiosa, o que nos responsabiliza, fascina e compromete. (CALDART, 2003, p. 50-59)

Como se pode observar, esses são os fundamentos que norteiam as ações educativas do MST, tanto em suas escolas como suas ações práticas, tendo, como exemplo, o momento em que se realiza uma ocupação. A respeito dessa ação prática, Pereira (2003, p. 8) afirma:

“Simbolicamente falando, ao cortarem as cercas do latifúndio rompem com a condição de sujeitos passivos e subalternos que aceitam a condição de exclusão como sendo fenômeno natural.”

Complementar a essa formação política, advinda da prática educativa, o MST investe na formação técnica profissional de seus membros, estando em andamento cursos de formação de novos educadores em pedagogia e licenciatura, em convênios firmados com sete universidades brasileiras. Além da formação de educadores, o movimento forma outros profissionais, como por exemplo: técnicos agrícolas, em convênio com a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná; técnico em administração cooperativista (TAC), no Rio Grande do Sul, mantido e administrado pelo próprio movimento.

Pesquisando a literatura existente sobre a prática dos movimentos de formar seus intelectuais, que Gramsci denominava de intelectuais orgânicos, Alfredo Bosi (2001), comentando a nova edição dos *CADERNOS DO CÁRCERE*, diz o seguinte:

Mas o pensador da “práxis” opõe-se à atitude tendenciosa do conformista: era preciso formar os militantes que fossem intelectuais orgânicos da classe dos explorados, e cujos valores democráticos, curtidors na experiência dos conselhos da fábrica, pudessem prevalecer após a conquista do poder. (Bosi, 2001, p. 2)

Falando sobre a possibilidade do surgimento de intelectuais capazes de pensar e empreender frentes de resistência, Bosi assinala ainda:

Entre nós há pelo menos um grupo que herdou a perspectiva radical: o movimento dos sem terra, tão mal visto pelo ceticismo dos bens instalados. É notável a sede de formação cultural das suas lideranças, o que confirma a clarividência do pensamento de Gramsci: o “realismo” ou o “pessimismo da inteligência” não deve minar o “otimismo da vontade”, pois a rigor só a consciência sofrida da necessidade pode motivar a ação política libertadora. (Bosi, 2001, p. 3)

As páginas do MST na internet (MST, 2004) apresentam os números que dão conta da grandeza de sua atuação. Lá está registrado:

Atualmente somos um universo de 1.800 escolas de Ensino Fundamental, com 160 mil crianças e adolescentes freqüentando essas escolas em acampamentos e assentamentos. Apesar disso, ainda é

grande o número de crianças e adolescentes fora da escola, ou porque a escola ainda não é reconhecida como legal, ou porque não se respeita uma proposta de currículo adaptada às necessidades dos filhos de trabalhadores rurais. Trabalhando diretamente com estas escolas são cerca de 3.900 educadores, além dos 250 educadores que trabalham nas Cirandas Infantis, na educação de crianças até 6 anos. Somos também cerca de 3 mil educadores de alfabetização de jovens e adultos. Atualmente são cerca de 30 mil alfabetizandos. Alguns educadores fazendo trabalhos voluntários, outros mobilizados pelos projetos em parcerias

CONCLUSÃO

Este estudo evidencia que as revoltas e os movimentos populares, ao incorporarem outras camadas da sociedade moderna com outras reivindicações, recebem novo rótulo e passam a se chamar movimentos sociais. Esses movimentos tiveram e têm papel preponderante na conquista e nas garantias das liberdades democráticas, na garantia dos direitos fundamentais do homem e de sua felicidade, porque constroem novos espaços de convivência, tendo a democracia como mediadora de suas relações em que se aprende não só a reivindicar, mas também a viver situações novas de respeito mútuo em permanente reconstrução.

Os conflitos, não somente os de natureza externa, mas também aqueles inerentes ao próprio sujeito histórico e individual, cada um com sua metodologia, contribuem de forma importante e particular com o movimento da sociedade, em razão do que seus integrantes estão em permanente aprendizado com o objetivo de consolidar propostas e projetos políticos que possam contribuir para que o homem viva melhor.

Se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra faz da conquista da terra sua principal bandeira de lutas e estratégia, agregando sonhos e sentimentos na construção de uma sociedade democrática com acesso à terra e a demais bens culturais desenvolvidos pela humanidade, os demais movimentos não são menos importantes, uma vez que nem sempre agem guiados por essa ou aquela ideologia, mas buscam a construção de um homem comprometido com o outro e com a natureza. Todos foram e são importantes para que, na soma dos esforços, as ações educativas transformem-se em forças capazes de gerar cada vez mais movimentos que busquem a construção de *um outro mundo possível*.

ABSTRACT

The objective of this article is to contribute with the acknowledging of the history of popular movements in our country and its interface with education. The Popular Movements called Cabanagem, Balaiada, Canudos, Formoso and Trombas are analyzed from a historical method of view and show how important their contributions have been to the Brazilian society at large. Nevertheless, as the history of the losers has only been used to illustrate the history of the winners, these popular movements are merely cited in history books without any relevant detailing. This paper presents two reports: one about the MEB (Movement of Base Education) and the other about the MST (Movement of Homeless Rural Workers). It highlights the importance of popular movements and invites educators to propose new methods and projects, which aim at building another new possible world.

Key-words: Popular Movements; Cabanagem, Balaiada, Canudos, Trombas/Formoso; MEB, MST, Catholic Church; Popular Education.

NOTAS

1. Movimentos organizados são aqueles frutos da intervenção organizada de uma determinada força política ou qualquer organização de setores da sociedade civil interessada em mudanças de uma determinada estrutura e ou situação social. Movimentos espontâneos são aqueles que surgem para responder a uma situação emergencial sem um planejamento que possa favorecer ou não um outro acontecimento semelhante no futuro.
2. Para obter maiores informações sobre Canudos, acessar os *sites*: <www.portifolium.com.br/canudos.htm,> <www.salvatoriano.org.br/desafio/edicao70/canudos.htm>.
3. Para obter maiores informações sobre Contestado acessar os *sites*: <www.encyclopedia.com.br/MED2000/pedia98a/hit2je.html,> e <www.geocities.yahoo.com.br/joatan74/sc/contestado.html>.
4. Para obter maiores informações sobre A Cabangem, acessar os *sites*: <www.angelfire.com/ak2/para/> e <www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/ver_norte.html>.
5. Para obter maiores informações sobre Balaiada, acessar os *sites*: <www.ebooksbrasil.com/adobeebook/balaiada.pdf> e <www.encyclopedia.com.br/MED2000/pedia98a/hit2mes.htm>.
6. Trombas e Formoso são dois municípios do norte goiano que foram palco de uma das mais importantes revoltas políticas daquele estado. Ali nos anos

1950 e início dos anos 1960, pois o movimento foi aniquilado em 1964, José Porfírio liderou os camponeses daquela região, com organização e leis próprias. José Porfírio foi o primeiro camponês do estado de Goiás a ser eleito deputado estadual e está desaparecido desde a década de 1960.

7. Sobre Formoso e Trombas, acessar o *site*: <www.correioweb.com.br/cw/EDICAO_2002516/pri_ult_160502_281.htm>.
8. O Movimento de Educação de Base tem sua sede em Brasília, no Setor Comercial Sul, Quadra 03, Bloco A, n. 79. E-mail: meb@meb.org.br.
9. Cadernos de Educação Popular eram uma publicação da Editora Vozes em parceria com NOVA – Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação. A décima edição tem o título: MEB: uma história de muitos (1986). Neste número encontram-se os depoimentos de várias pessoas que fizeram o MEB daquele momento histórico. São elas: Maria José Souza dos Santos, Rita Accioly Tesser, Nazira Vargas, Maria Lúcia Monteiro Costa, Maria Aída Bezerra Costa, Maria de Lourdes Santos, Rute Maria Machado Rios, Felícia Moraes, Marliete de Lira Pessoa, Maria José de Oliveira, Ruth Vieira, Roberto e Faria Mendes, Maria Alice Brandão, Maria Izabel Ramos Jubé, Vera de Siqueira Jaccoud e Sinésio Bacchetto.
10. Alda Maria Borges é professora da Universidade Católica de Goiás e foi recentemente nomeada conselheira do MEB.
11. O MEB teve seu início na Diocese de Natal, no entanto, foi criado oficialmente com base em uma parceria da Igreja Católica com o governo federal.
12. A professora Roseli Salette Caldart faz parte do Coletivo Nacional de Educação do MST e do Instituto Técnico da Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra).
13. Concílio Vaticano II – Assembléia (Sínodo) dos bispos da Igreja Católica Apostólica Romana, realizado em 1965. O Papa Paulo VI convocou esse sínodo que definiu os rumos da Igreja, tornando-a mais próxima do povo.
14. Medellin e Pueblo são cidades colombiana e mexicana, respectivamente. Nessas cidades, em 1968 e 1978, os bispos latino-americanos reuniram-se em assembléia e definiram os rumos da Igreja Católica no continente.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, F. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- BORGES, A. M. *MEB 40 anos, crônicas*. Brasília: Ed. MEB, 2001
- BOSI, A. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 8 abr. 2000, p. 1. Jornal de Resenhas.

- PRADO JÚNIOR, C. *Evolução política do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1977
- CALDART, R. S. *Movimento Sem Terra: lições de pedagogia*. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org.50> – Currículo sem fronteiras, v. 3, n. 1, p. 50-59, jan/jun. 2003. Acesso em: 1º jul. 2004.
- CARNEIRO, M. E. F. *A revolta camponesa de Trombas e Formoso*. Goiânia: Ed. da UFG, 1986.
- COTRIM, G. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- CRUZ, M. J. *A Guerra da Balaiada – a epopéia dos guerreiros balaios na versão dos oprimidos*. Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA). Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com/adobeebook/balaiada.pdf>> Acesso em: 3 nov. 2004.
- CUNHA, E. Os Sertões, apud Alencar, F. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. p. 476
- DI PAOLO, P. *Cabanagem, a revolução popular da Amazônia*. Belém: Cejup, 1990. p. 350-351.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- _____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- _____. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- HISTORIANET. A guerra do Contestado. *Historianet – a nossa história* [portal da internet]. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=143>> Acesso em 3 nov. 2004.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991
- LAKATOS, E. M.; ANDRADE, M. M. de. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1985.
- PEREIRA, J. E. D.. *Derrubando as cercas do conhecimento: a educação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (Brasil)*. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org> Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 5-10, jan./jun. 2003. Acesso em: 1º jul. 2004
- ROCHA, M. das G. C. S. da. A Balaiada (1838–1841) Revista “Nova Atenas” de Educação Tecnológica – Revista digital do Departamento Acadêmico de Ciência da Saúde, São Luís, v. 5, n. 1 – jan/jun. 2002. Disponível em: <http://www.cefet-ma.br/Revista%20Nova%20Atenas/num_08/Cap_IX.pdf> Acesso em: 3 nov. 2004.
- WANDERLEY, L. E. In: FLEURY, R. M. (Org.). *Movimento popular, política e religião*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

VIANA, L. W. Para que reformar a universidade. In: *Gramsci e o Brasil* [online]. Artnet, Brasil. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv343.htm>>, atualizado até 1º jan. 2004. Acesso em: 1º jul. 2004.